

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

**CONJUNTURA E PERSPECTIVAS**

O ano de 2017 foi de recuperação para o comércio varejista. Embora ainda distante do desempenho de vendas de anos anteriores, retomou patamares positivos de variação do volume de vendas no 4º trimestre de 2017, encerrando o ano com alta de 2,0% (contra -4,3% em 2015 e -6,2% em 2016).

Essa melhora nos indicadores de vendas reflete um ambiente macroeconômico em recuperação. O mercado de trabalho, por exemplo, registrou crescimento da massa de rendimentos e redução da taxa de desocupação, enquanto o mercado de crédito às famílias apresentou crescimento das concessões de crédito em um cenário de redução da taxa de inadimplência. As perspectivas de manutenção das taxas de inflação em patamares baixos contribuem para um cenário de

**DESEMPENHO FINANCEIRO E OPERACIONAL**

RS mil	4T16	4T17	Variação
<b>Recelta Bruta Total</b>	<b>76.345</b>	<b>78.232</b>	<b>2,5%</b>
Aluguel (Shoppings)	55.303	54.088	-2,2%
Serviços	21.042	24.144	14,7%
<b>NOI Consolidado</b>	<b>58.899</b>	<b>61.301</b>	<b>4,1%</b>
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>46.740</b>	<b>49.300</b>	<b>5,5%</b>
<b>Resultado Líquido Ajustado</b>	<b>(35.859)</b>	<b>44.998</b>	-
<b>FFO Ajustado</b>	<b>(34.335)</b>	<b>46.080</b>	-
Margem NOI	85,7%	90,2%	1,5 p.p.
Margem EBITDA Ajustado	70,4%	72,5%	2,1 p.p.
Margem Resultado Líquido Ajustado	-54,0%	66,2%	-
Margem FFO Ajustado	-51,7%	67,8%	-
Recelta Bruta por m²	312,20	319,91	2,5%
NOI por m²	240,86	250,68	4,1%
EBITDA Ajustado por m²	191,13	201,60	5,5%
Resultado Líquido Ajustado m²	(146,64)	184,01	-
FFO Ajustado por m²	(140,41)	188,44	-
ABL Própria - Média do Período (m²)	244,540	244,540	-
ABL Própria - Final do Período (m²)	244,540	244,540	-

**MERCADO DE CAPITAIS - GOVERNANÇA - POLÍTICA DE DIVIDENDOS**

O ingresso da Companhia no mercado de capitais, ocorrido em julho de 2007, permitiu o acesso a melhores fontes de capital e, conseqüentemente, a realização de uma política eficiente de crescimento.

Além do acesso ao mercado de capitais, a listagem no Novo Mercado beneficiou a Companhia com as melhores práticas de gestão, aplicando-se os conceitos de Governança Corporativa e equânimes direitos aos acionistas.

Nossa política de dividendos aprovada é a distribuição dos dividendos mínimos na forma da legislação aplicável, por considerarmos atrativa rentabilidade e necessário o reinvestimento na Companhia.

**RECURSOS HUMANOS**

A Companhia conta com 155 colaboradores distribuídos entre seus escritórios e shopping centers. Além disso, os shopping centers contam com mão-de-obra terceirizada para suas operações (como, por exemplo, para manutenção, limpeza e segurança), sendo que a Companhia fiscaliza o cumprimento por estes terceiros da legislação trabalhista e previdenciária.

manutenção do poder de compra das famílias e elevação dos índices de confiança. Assim, esperamos que o ano de 2018 mantenha a trajetória de recuperação econômica do Brasil e, particularmente, o crescimento do mercado varejista.

Combinando essas perspectivas econômicas positivas ao conhecimento junto a varejistas e à experiência da Companhia no desenvolvimento de Outlet Centers, a Companhia pretende acelerar o desenvolvimento de novos projetos desse tipo, fortalecendo sua rede de Outlet Centers.

Para empreendimentos atualmente detidos pela Companhia, as perspectivas positivas representam também uma oportunidade de otimização dos respectivos desempenhos e, ainda, eventuais expansões estratégicas e defensivas, mantendo suas posições dominantes nos mercados onde estão presentes.

Destaque Financeiros e Operacionais Consolidados			
	2016	2017	Variação
<b>Recelta Bruta Total</b>	<b>296.822</b>	<b>286.682</b>	<b>-3,4%</b>
Aluguel	206.745	198.616	-3,9%
Serviços	90.077	88.076	-2,2%
<b>NOI Consolidado</b>	<b>224.629</b>	<b>226.369</b>	<b>0,8%</b>
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>180.249</b>	<b>181.490</b>	<b>0,7%</b>
<b>Resultado Líquido Ajustado</b>	<b>163.958</b>	<b>9.520</b>	<b>-94,2%</b>
<b>FFO Ajustado</b>	<b>170.067</b>	<b>14.199</b>	<b>-91,7%</b>
Margem NOI	86,7%	89,7%	3,0 p.p.
Margem EBITDA Ajustado	69,5%	71,9%	2,4 p.p.
Margem Resultado Líquido Ajustado	63,2%	3,8%	-59,5 p.p.
Margem FFO Ajustado	65,6%	5,6%	-60,0 p.p.
Recelta Bruta por m²	1.188,11	1.172,37	-1,3%
NOI por m²	899,14	925,69	3,0%
EBITDA Ajustado por m²	721,49	742,17	2,9%
Resultado Líquido Ajustado m²	656,28	38,93	-94,1%
FFO Ajustado por m²	680,74	58,06	-91,5%
ABL Própria - Média do Período (m²)	249,828	244,540	-2,1%
ABL Própria - Final do Período (m²)	244,540	244,540	-

**SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

Apesar de as atividades de shopping centers geralmente representarem baixo impacto ambiental, procuramos, na medida do aplicável, utilizar novos conceitos aos projetos, tais como: • utilização de fontes de energia credenciadas ao PROINFA (Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica); • reciclagem da água; • reciclagem de detritos e óleos; • otimização do uso de papel e reciclagem; • paisagismo com reflorestamento; • projetos arquitetônicos privilegiando a iluminação natural.

**AUDITORIA EXTERNA**

Em atendimento às disposições da Instrução CVM 381/03, a Companhia informa que não ocorreu prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 pela BDO RCS Auditores Independentes SS.

**ARBITRAGEM**

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória no artigo 53 do seu Estatuto Social.

Atendendo aos dispositivos legais, estatutários e à regulamentação do mercado de valores mobiliários, a General Shopping Brasil S.A. submete a V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

**COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO**

A Administração da Companhia apresenta o desempenho operacional e financeiro para o ano de 2017 e para o quarto trimestre de 2017 (4T17), detalhando nos respectivos relatórios e demonstrações. A Receita Bruta no 4T17 aumentou 2,5%, para R\$ 78,2 milhões, ponderada pela redução nas Receitas de Aluguel em 2,2% e o aumento nas Receitas de Serviços em 14,7%. No ano de 2017 a Receita Bruta atingiu R\$ 286,7 milhões, uma redução de 3,4% comparada a 2016. Considerando o desempenho em Mesmas Áreas, o Aluguel SAR (*Same Area Rentals*) apresentou crescimento de 3,0% no 4T17, enquanto que as Vendas SAS (*Same Area Sales*) subiram 5,2% no mesmo período. A taxa de ocupação apresentou uma melhora no trimestre, atingindo 95,1% no 4T17 contra 94,7% no 4T16. Em 2017 tivemos um aumento para 94,8%, contra 94,4% em 2016. Observando os Custos dos Aluguéis e Serviços, estes diminuíram 12,1% em relação ao 4T16, atingindo R\$ 7,1 milhões. No ano tivemos uma redução de 24,5% em relação a 2016, alcançando R\$ 27,9 milhões. Essas reduções foram impactadas, principalmente, pelas diminuições do custo de pessoal, depreciação e serviços de terceiros. O NOI atingiu R\$ 226,4 milhões em 2017, aumento de 0,8% em relação ao ano anterior, com margem de 89,7%, mostrando uma melhora operacional da Companhia. Em 2017 também conseguimos uma redução nas Despesas Gerais e Administrativas de 12,5% no comparativo com o ano anterior. No 4T17, quando comparado ao 4T16, a redução foi de 13,7%. O EBITDA Ajustado em 2017 atingiu R\$ 181,5 milhões, com margem EBITDA Ajustado de 71,9%. Em 2017 o Resultado Financeiro Líquido da Companhia foi impactado principalmente pela variação cambial do Dólar x Real, passando dos positivos R\$ 18,2 milhões em 2016 para negativos R\$ 255,4 milhões. Em 28 de dezembro de 2017 celebramos Contrato de Compromisso de Venda e Compra e Outros Pactos com a finalidade de, entre outros termos, alienar participação equivalente a 70,0% do Internacional Shopping Guarulhos. Aproveitamos a oportunidade para agradecer a nossos colaboradores, lojistas, clientes e visitantes por sua contribuição.

Marcio Snioka - Diretor de Relações com Investidores

**VISÃO GERAL DA COMPANHIA**

A General Shopping Brasil é uma das principais empresas brasileiras de propriedade e administração de shoppings centers em seus diversos modelos, com 244.540 m² de área bruta localável própria em 15 shopping centers com participação média de 70,1%, além de exploração de serviços complementares. Entendemos que o sucesso de nossas atividades passa pela compreensão mercadológica e pelo êxito das operações de varejo localizadas em nossos shoppings centers. Nosso objetivo é a maximização da rentabilidade da Companhia por suas receitas locatícias e de prestação de serviços através da melhor performance varejista em nossos shopping centers de um lado, e de negociação de compra e venda de participações, de outro. Nossa estratégia é de, considerando as avaliações mercadológicas das localidades: • investimento imobiliário em participações em shopping centers, seja por desenvolvimento próprio, aquisição de terceiros, acréscimos de participações ou alienações de participações; • negociação de participações, com terceiros, de ativos da Companhia; • administração dos referidos shopping centers de maneira otimizada pelas nossas competências; • exploração de serviços complementares à operação dos shoppings centers; • desenvolvimento de novas formas de shoppings centers no mercado brasileiro, além de projetos de uso misto que gerem sinergias positivas com a performance dos shoppings centers.

**DESCRIÇÃO DOS NEGÓCIOS E INVESTIMENTOS**

De maneira diferenciada, atuamos no mercado de shopping centers (imóveis com finalidades locatícias comerciais) de forma orientada ao mercado varejista.

Nossas atividades são de (i) planejamento, administração e operação de shopping centers; (ii) locação dos espaços comerciais (lojas); (iii) locação de espaços publicitários e promocionais ("merchandising"); (iv) administração dos estabelecimentos dos shopping centers; (v) planejamento e locação de equipamentos de fornecimento de energia elétrica e de água, entre outros, para os empreendimentos. (Vide descrição das receitas em desempenho econômico e financeiro).

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

(Valores expressos em milhares de reais ou quando de outra forma indicado)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>Ativo circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.245	2.229	108.647	59.771
Aplicações financeiras	3	-	13.053	-	13.053
Contas a receber	4	-	-	66.192	66.323
Tributos a recuperar	5	1.942	1.842	10.876	11.275
Propriedade para investimento mantidas para venda	9	-	-	996.069	-
Contas a receber - Cessões	17	-	-	-	54.998
Outras contas a receber	6	977	7.867	15.182	19.214
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>5.164</b>	<b>24.991</b>	<b>1.196.966</b>	<b>224.634</b>
<b>Ativo não circulante</b>					
Contas a receber	4	-	-	5.983	7.273
Partes relacionadas	7	51.497	42.885	55.537	53.953
Tributos a recuperar	5	-	-	3.658	4.307
Depósitos e cauções	-	53	20	6.158	2.247
Aplicações financeiras	3	-	-	1.588	1.469
Outras contas a receber	6	-	1.000	215	1.689
Investimentos	8	51.550	43.905	73.139	70.938
Propriedades para investimento	9	-	-	2.268.849	2.969.390
Imobilizado	10	2.234	14.251	4.411	15.258
Intangível	11	4.932	6.926	16.942	19.950
		<b>1.322.985</b>	<b>1.083.707</b>	<b>2.290.202</b>	<b>3.004.598</b>
		<b>1.374.535</b>	<b>1.127.612</b>	<b>2.363.341</b>	<b>3.075.536</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>					
<b>Total do ativo</b>		<b>1.379.699</b>	<b>1.152.603</b>	<b>3.560.307</b>	<b>3.300.170</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS**

**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto o valor por ação)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>Receita líquida</b>	20	-	-	252.290	259.227
Custo dos aluguéis e dos serviços prestados	21	-	-	(27.938)	(37.012)
<b>Lucro bruto</b>				<b>224.352</b>	<b>222.215</b>
<b>(Despesas)/receitas operacionais</b>					
Gerais e administrativas	22	(21.319)	(24.569)	(51.515)	(58.868)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	25	(11.085)	4.109	255.623	34.340
Resultado da equivalência patrimonial	8	253.289	205.429	-	-
<b>Lucro operacional e antes do resultado financeiro</b>		<b>220.885</b>	<b>184.969</b>	<b>428.460</b>	<b>197.687</b>
<b>Resultado financeiro</b>	23	702	(1.890)	(255.398)	18.188
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>221.587</b>	<b>183.079</b>	<b>173.062</b>	<b>215.875</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	24	-	300	(22.102)	(27.132)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24	29.874	-	100.501	(5.364)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>251.461</b>	<b>183.379</b>	<b>251.461</b>	<b>183.379</b>
<b>Lucro atribuível aos:</b>					
Acionistas da Companhia		251.461	183.379	251.461	183.379
Acionistas não controladores		-	-	-	-
<b>Lucro básico por ação - R\$</b>	19	<b>3,72</b>	<b>2,79</b>	<b>3,72</b>	<b>2,79</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES**

**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto o valor por ação)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>Lucro líquido do exercício</b>	251.461	183.379	251.461	183.379
<b>Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes:</b>				
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
<b>Total resultado abrangente do exercício</b>	<b>251.461</b>	<b>183.379</b>	<b>251.461</b>	<b>183.379</b>
<b>Total do resultado abrangente atribuível a:</b>				
Acionistas da Companhia	251.461	183.379	251.461	183.379
Acionistas não controladores	-	-	-	-
	<b>251.461</b>	<b>183.379</b>	<b>251.461</b>	<b>183.379</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA E CONSOLIDADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016**

(Valores expressos em milhares de reais ou quando de outra forma indicado)

	Notas	Capital social		Reservas de Capital		Reservas de Lucros		Total
		Capital subscrito	Ações em tesouraria	Ágio na emissão de ações	Transação de capital	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>		<b>375.745</b>	-	<b>(2.134)</b>	-	-	<b>(489.967)</b>	<b>780.300</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	183.379	183.379
<b>Total do resultado abrangente, líquido de impostos</b>							<b>183.379</b>	<b>183.379</b>
Aumento do capital social	19	3.170	-	-	-	-	-	3.170
Ágio na subscrição de ações		-	-	6.376	-	-	-	6.376
Transação de capital		10.710	(10.710)	-	-	-	-	-
Realização de reservas		-	-	-	-	-	(131.733)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>		<b>389.625</b>	<b>(10.710)</b>	<b>(2.134)</b>	<b>6.376</b>	-	<b>764.923</b>	<b>973.225</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	251.461	251.461
<b>Total do resultado abrangente, líquido de impostos</b>							<b>251.461</b>	<b>251.461</b>
Cancelamento de ações em tesouraria		-	8.283	-	(8.283)	-	-	-
Destinação para reserva legal		-	-	-	-	12.573	-	(12.573)
Realização de reservas		-	-	-	-	-	(174.855)	174.855
Destinação para reserva de lucros a realizar		-	-	-	-	-	238.888	(238.888)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>		<b>389.625</b>	<b>(2.427)</b>	<b>(2.134)</b>	<b>6.376</b>	<b>12.573</b>	<b>828.956</b>	<b>1.224.686</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

(Valores expressos em milhares de reais ou quando de outra forma indicado)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
Lucro Líquido do Exercício	251.461	18		



A composição das contas a receber faturadas por período de vencimento é como segue:

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
<b>A vencer</b>	<b>57.332</b>	<b>56.073</b>
<b>Vencidas</b>		
Até 30 dias	2.019	2.684
De 31 a 60 dias	1.738	1.474
De 61 a 90 dias	1.095	1.275
De 91 a 180 dias	2.799	4.133
Acima de 180 dias	36.469	32.613
	44.120	42.179
<b>Total</b>	<b>101.452</b>	<b>98.252</b>

Em 31 de dezembro de 2017, o montante de R\$ 7.192 do "Contas a receber" (R\$ 7.957 em 31 de dezembro de 2016) encontra-se vencido há mais de 180 dias, mas não provisionado. A Companhia entende que os demais valores vencidos estão devidamente negociados com os clientes e não houve mudança significativa na qualidade do crédito e os valores são considerados recuperáveis.

**5. TRIBUTOS A RECUPERAR**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre aplicações financeiras	1	27	3.934	10.792
IRRF a recuperar	67	34	845	465
Imposto Sobre Serviços (ISS)	-	-	127	950
PIS e COFINS a recuperar	-	10	520	364
Imposto de renda - antecipações	1.406	1.303	7.593	2.027
Contribuição social - antecipações	468	468	1.305	775
Outros impostos a recuperar	-	-	210	214
<b>Total</b>	<b>1.942</b>	<b>1.842</b>	<b>14.534</b>	<b>15.582</b>
Circulante	1.942	1.842	10.876	11.275
Não circulante	-	-	3.658	4.307

**6. OUTRAS CONTAS A RECEBER**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Despesas de seguros a apropriar	19	19	95	73
Adiantamento a fornecedores	24	11	3.645	4.220
Adiantamento de beneficiários trabalhistas	136	54	158	59
Despesas a apropriar	7	7	7	7
Outros custos e despesas a apropriar	-	22	-	22
Valores a receber de outros empreendimentos	-	-	9.538	11.494
Comissões a receber	-	-	1.431	3.880
Dividendos a receber	-	6.433	-	-
Outras contas a receber	791	2.321	523	1.148
<b>Total</b>	<b>977</b>	<b>8.867</b>	<b>15.397</b>	<b>20.903</b>
Ativo circulante	977	7.867	15.182	19.214
Ativo não circulante	-	1.000	215	1.689

**7. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

**a) Saldos e transações com partes relacionadas:** No curso dos negócios da Companhia, os acionistas, as controladas e os domínios civis realizam operações comerciais e financeiras entre si, que incluem: (i) prestação de serviços de consultoria e assistência operacional relacionados ao fornecimento de água e energia e às instalações elétricas; (ii) administração de shopping centers; (iii) administração de estabelecimentos de shopping centers; (iv) contratos de locação comercial e (v) acordos e deliberações tomados no âmbito de convenções de condomínios. Em linhas gerais, todos os termos e condições dos contratos com partes relacionadas estão de acordo com os termos e condições que normalmente são praticados em contratação com bases comutativas e de mercado, como se a contratação ocorresse com uma parte não relacionada à Companhia, exceto com relação ao saldo de conta corrente sobre os quais não incidem encargos financeiros. A Administração negocia contratos com partes relacionadas individualmente, analisando seus termos e condições à luz dos termos e condições usualmente praticados pelo mercado, das particularidades de cada operação, incluindo prazos, valores, atendimento de padrões de qualidade, fazendo, assim, com que a contratação de parte relacionada reflita a opção que melhor atende aos interesses da Companhia em relação a prazos, valores e condições de qualidade, quando comparados com outros contratantes similares. Os saldos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, na controladora, são apresentados a seguir:

	Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016
General Shopping Finance (a)	1.933	1.933
General Shopping Investments (a)	11.629	11.481
Securis (b)	18.757	26.721

**8. INVESTIMENTOS**

	% - Participação	Quantidade de ações/quotas detidas	Capital social	Lucro/(prejuízo) do exercício	Patrimônio líquido
<b>Controladas diretas - Investimentos</b>					
Levian	72,49	486.650.597	671.323	257.201	1.688.108
Securis	30,51	13.424.400	144.230	138.707	787.361
GS Investments	100	50.000	-	14.144	250.406
GS Finance II	100	50.000	81	(10)	34
			<b>815.634</b>	<b>410.042</b>	<b>2.725.909</b>

	% - Participação	Quantidade de ações/quotas detidas	Capital social	Lucro/(prejuízo) do exercício	Patrimônio líquido
<b>Provisão para perdas em investimentos em sociedades controladas</b>					
General Shopping Finance	100	50.000	81	10.407	(15.409)
			<b>81</b>	<b>10.407</b>	<b>(15.409)</b>
<b>Saldo líquido</b>			<b>815.715</b>	<b>420.449</b>	<b>2.710.500</b>

	% - Participação	Quantidade de ações/quotas detidas	Capital social	Lucro/(prejuízo) do exercício	Patrimônio líquido
<b>Controladas indiretas - Levian</b>					
ABK	99,70%	130.343.463	130.343	25.306	160.608
Atlas	100%	3.816.399	3.816	29.614	83.047
Bac	100%	10.000	10	(2)	(14.633)
Bot	100%	51.331.650	51.332	435	64.816
BR Outlet	100%	10.000	10	(10)	(17)
Brassul	100%	25.630.617	25.631	(4.375)	61.381
Bud	100%	10.000	10	(1)	(2)
Cly	100%	10.000	10	154.047	808.754
Delta	100%	72.870.112	72.870	59	70.074
EDO	100%	10.000	10	-	10
FLK	100%	10.000	10	2.820	2.247
Fonte	100%	12.686.271	12.686	13.635	59.331
Jauá	100%	224.098.764	224.099	19.007	123.381
MAI	100%	10.000	10	(2)	26
Manzanza	100%	1.409.558	1.410	(10)	1.586
Nova União	99,8%	21.078.331	21.078	(797)	18.471
POL	100%	4.332.000	4.332	19	82.584
Polli	100%	58.921.553	58.922	75	51.453
Premium Outlet	100%	425.000	425	236	14.254
Sale	100%	10.000	10	(2)	(3)
Sale	100%	14.702.069	14.702	(4.255)	61.892
Securis	15,3%	144.229.844	144.230	138.707	835.477
Send	90,9%	288.999.513	289.000	(95.483)	357.002
Uniplaza	100%	42.948.318	42.948	(106.267)	34.865
Vul	100%	350.689.894	350.690	(11.184)	172.238
Zuz	100%	58.139.780	58.140	1.452	93.665

	% - Participação	Quantidade de ações/quotas detidas	Capital social	Lucro/(prejuízo) do exercício	Patrimônio líquido
<b>Controladas indiretas - GS Investments</b>					
Andal	100%	5.068.000	5.068	(320)	180.385
Ardan	100%	10.000	10	(2)	6
Bail	100%	10.000	10	(17)	653
Bavi	100%	10.000	10	(3)	(25)
Cristal	100%	-	-	-	(804)
Eler	100%	10.000	10	28.037	266.905
ERS	100%	29.597.841	29.598	(13.077)	(37.405)
FN Shop Center	100%	11.813.778	11.813	(107)	(45)
GAX	100%	10.000	10	41.037	72.142
Indup	100%	10.000	10	15.354	102.646
Palo	100%	10.000	10	-	10.000
Pentar	100%	10.000	10	106.498	106.506
Rumb	100%	10.000	10	(1)	6
SB Bonsucesso	100%	93.292.158	93.292	(43.753)	144.010
Send	9,1%	288.999.513	289.000	(95.483)	357.002
Securis	54,9%	144.229.844	144.230	138.707	835.477
Tela	100%	10.000	10	-	10
Tequs	100%	10.000	10	(2)	6
Vanti	100%	10.000	10	(2)	6
XAR	100%	786.849	787	19.593	32

	% - Participação	Quantidade de ações/quotas detidas	Capital social	Lucro/(prejuízo) do exercício	Patrimônio líquido
<b>Controladas indiretas - GS Investments</b>					
Andal	100%	5.068.000	5.068	(320)	180.385
Ardan	100%	10.000	10	(2)	6
Bail	100%	10.000	10	(17)	653
Bavi	100%	10.000	10	(3)	(25)
Cristal	100%	-	-	-	(804)
Eler	100%	10.000	10	28.037	266.905
ERS	100%	29.597.841	29.598	(13.077)	(37.405)
FN Shop Center	100%	11.813.778	11.813	(107)	(45)
GAX	100%	10.000	10	41.037	72.142
Indup	100%	10.000	10	15.354	102.646
Palo	100%	10.000	10	-	10.000
Pentar	100%	10.000	10	106.498	106.506
Rumb	100%	10.000	10	(1)	6
SB Bonsucesso	100%	93.292.158	93.292	(43.753)	144.010
Send	9,1%	288.999.513	289.000	(95.483)	357.002
Securis	54,9%	144.229.844	144.230	138.707	835.477
Tela	100%	10.000	10	-	10
Tequs	100%	10.000	10	(2)	6
Vanti	100%	10.000	10	(2)	6
XAR	100%	786.849	787	19.593	32

	Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2016
A movimentação para o período findo em 31 de dezembro de 2017 é como segue:		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>		<b>847.556</b>
Aumento de investimento em controlada	9.545	-
Resultado de equivalência patrimonial	205.429	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>		<b>1.062.530</b>
Resultado de equivalência patrimonial	253.289	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>		<b>1.315.819</b>

**9. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO**

	Consolidado	
	Em operação	Total
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>2.614.272</b>	<b>2.066.690</b>
Aquisição/Adições	94.955	4.819
Encargos financeiros capitalizados	-	2.931
Alienação (ii)	(13.500)	(13.500)
Transferência para operação	8.080	(8.080)
Ajuste a valor justo (iii)	59.223	-
<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>2.763.030</b>	<b>206.360</b>
Aquisição/Adições	64.670	59.502
Alienação (iv)	-	(20.331)
Transferência para imobilizado	(7.693)	(2.525)
Transferência para "Propriedade para investimentos mantida para venda" (v)	(936.950)	(58.448)
Ajuste a valor justo (iii)	258.211	258.211
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>2.141.268</b>	<b>127.581</b>

- (i) Terrenos para futura construção e construções em andamento;
- (ii) Alienação de 100% do Poli Shopping Osasco;
- (iii) Montantes reconhecidos no resultado do exercício;
- (iv) Alienação de terrenos;
- (v) Transferência para "Propriedade para investimento mantida para venda" refere-se à participação de 70% no Internacional Shopping Guarulhos, conforme Nota Explicativa nº 30.

**Propriedades para investimento** dadas em garantia de empréstimos estão descritas nas Notas Explicativas nº 12 e 13. **Aviação a valor justo:** O valor justo de cada propriedade para investimento em operação foi determinado por meio de avaliação efetuada por uma entidade especializada independente (CB Richard Ellis). A metodologia adotada para avaliação dessas propriedades para investimento a valor justo é a preceituada pelo The Royal Institution of Chartered Surveyors (R.I.C.S.), da Grã-Bretanha, e pelo Appraisal Institute, dos Estados Unidos, os quais são internacionalmente utilizados e reconhecidos para casos de avaliação e demais análises. Todos os cálculos baseiam-se na análise das qualificações físicas da propriedade em estudo e das informações diversas levantadas no mercado, que são tratadas adequadamente para serem utilizadas na determinação do valor do empreendimento. Para as avaliações, foram elaborados fluxos de caixa de 10 anos, desconsiderando a inflação que possa vir a existir nesse período. A taxa média de desconto aplicada ao fluxo de caixa foi de 10,53% e a taxa média de capitalização (perpetuidade) adotada no 0º ano do fluxo foi de 8,30%.

	Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016
Andal	9.959	144
I Park	6.659	-
Outros	2.560	2.606
<b>Total</b>	<b>51.497</b>	<b>42.885</b>

	Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016
<b>Passivo</b>		
Levian (b)	146.897	168.142
<b>Total</b>	<b>146.897</b>	<b>168.142</b>

- (a) Referem-se aos custos para emissão dos bônus perpétuos pagos pela Companhia;
- (b) Referem-se aos demais empréstimos sobre os quais não incidem encargos financeiros nem há prazo definido de vencimento.

Os saldos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, no consolidado, estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
<b>Ativo</b>		
Condomínio Civil Suzano Shopping Center (c)	-	200
Condomínio Unimart Campinas (c)	487	487
Condomínio Outlet Premium SP (c)	22	22
BR Partners Bahia Empreendimentos Imobiliários	149	149
Condomínio Outlet Premium RJ (c)	1.655	2.285
Condomínio Outlet Premium Brasília (c)	2.466	2.546
Condomínio do Vale (c)	1.360	1.206
Condomínio ASG (c)	-	568
Condomínio Barueri (c)	-	316
Condomínio Bonsucesso (c)	1.893	2.945
Condomínio Parque Shop Sulacap (c)	3.135	3.243
Condomínio Voluntário Civil Parque Shop Maia (c)	4.977	5.667
Fundo de Investimento Imobiliário Sulacap - Fil	653	653
Golf Participações Ltda. (a)	28.062	24.900
Lojistas	8.282	6.468
Nova Poli Shopping Center	100	102
Pessoas físicas (c)	1.780	1.780
PNA Empreendimentos Imobiliários Ltda.	146	

RS 376 das CCIs foram deduzidos do principal e estão sendo amortizados em 120 parcelas de forma linear; Operação liquidada em novembro de 2017;

- (b) Em junho de 2012, a controlada Andai efetuou captação de recursos por meio da emissão de CCIs. O valor total das CCIs emitidas é de R\$ 63.911. O montante captado será pago em 120 parcelas mensais, acrescidas de juros de 11% ao ano e da atualização anual da Taxa Referencial (TR). Em garantia das CCIs, foram concedidas: (i) alienação fiduciária do imóvel denominado Shopping Suzano e (ii) alienação fiduciária de recebíveis do Shopping Suzano. O custo de captação foi de R\$ 959. O custo efetivo da operação foi de TR + 11,17%;
- (c) Em 13 de novembro de 2012, a controlada SEND, por meio da emissão de Cédulas de Créditos Imobiliários (CCI) em favor de Habitase Securizadora S.A., realizou a captação de R\$ 67.600, com taxa de 7% a.a. + IPCA. Esta operação tem prazo de 144 meses. Em garantia das CCIs, foram concedidas: (i) alienação fiduciária da fração ideal do imóvel denominado Parque Shopping Barueri e (ii) alienação fiduciária de recebíveis do Parque Shopping Barueri;
- (d) Em 08 de janeiro de 2013, a controlada Bot Administradora e Incorporadora Ltda., por meio da emissão de Cédulas de Créditos Imobiliários (CCI) em favor de Habitase Securizadora S.A., realizou a captação de R\$ 50.814, com taxa de 6,95% a.a. + IPCA. Esta operação tem prazo de 144 meses. Em garantia das CCIs, foram concedidas: (i) alienação fiduciária da fração ideal do imóvel denominado Outlet Premium e (ii) alienação fiduciária de recebíveis do Outlet Premium;
- (e) Em 20 de junho de 2013, a controlada Pol Administradora e Incorporadora Ltda., por meio da emissão de Cédulas de Créditos Imobiliários (CCI) em favor de Habitase Securizadora S.A., realizou a captação de R\$ 36.965, com taxa de 6,95% ao ano + IPCA. Esta operação tem prazo de 144 meses. Em garantia das CCIs, foram concedidas: (i) alienação fiduciária da fração ideal do imóvel denominado Outlet Premium Brasília e (ii) alienação fiduciária de recebíveis do Outlet Premium Brasília;
- (f) Em 26 de março de 2014, a controlada Eler Administradora e Incorporadora Ltda., efetuou captação de recursos por meio da emissão de CCIs, para a securitização dos recebíveis de alugueis do imóvel onde está localizado o Internacional Guarulhos Shopping Center. O valor total das CCIs emitidas é de R\$ 275.000. O montante captado será pago em 144 parcelas mensais (até abril de 2026), acrescidas de juros de 9,9% ao ano e da atualização anual da Taxa Referencial (TR). Em garantia das CCIs, foram concedidas: (i) alienação fiduciária do imóvel, com valor contábil de R\$ 201.829; (ii) cessões fiduciárias dos créditos documentos do contrato e (iii) alienação fiduciária de ações e cotas de subsidiárias Nova Uniao e Eler. Os custos de captação de R\$ 10.706 das CCIs foram deduzidos do principal e estão sendo amortizados em 144 parcelas de forma linear. Em 01 de agosto de 2014 o Itaú Unibanco cedeu as CCIs para a Apíce Securizadora;
- (g) Em 13 de janeiro de 2015, a controlada Ers Administradora e Incorporadora Ltda., por meio da emissão de Cédulas de Créditos Imobiliários (CCI) em favor de Apíce Securizadora, realizou a captação de R\$ 75.000, com taxa de 10% ao ano + TR. Esta operação tem prazo de 145 meses. Em garantia das CCIs, foram concedidas: (i) alienação fiduciária da fração ideal do imóvel denominado Outlet Premium Rio de Janeiro e (ii) alienação fiduciária parcial dos recebíveis da G&B Administradora e Serviços;
- (h) Em 27 de março de 2017, a controlada Pentar Administradora e Incorporadora Ltda., por meio da emissão de Cédulas de Créditos Imobiliários (CCI) em favor de Habitase Securizadora S.A., realizou a captação de R\$ 71.045, com taxa de 6,5% ao ano + IPCA. Esta operação tem prazo de 120 meses. Em garantia das CCIs, foram concedidas: (i) alienação fiduciária da fração ideal do imóvel (ii) e alienação fiduciária de recebíveis do Shopping Unimar.

Os contratos não preveem a manutenção de indicadores financeiros (endividamento, cobertura de despesas com juros etc.).

A composição da parcela em 31 de dezembro de 2017, por ano de vencimento, é demonstrada a seguir:

	Consolidado
2017	32.487
2018	70.989
2019	74.771
2020	78.772
2021 em diante	336.473
<b>Total</b>	<b>593.492</b>

A movimentação das CCIs para o período findo em 31 de dezembro de 2017 é como segue:

	Consolidado
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>623.613</b>
Amortização do custo de captação	3.247
Pagamentos - principal	(49.630)
Pagamentos - juros	(56.443)
Encargos financeiros	80.511
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>601.298</b>
Captações	71.046
Custo de captação	(5.466)
Amortização do custo de captação	9.655
Pagamentos - principal	(78.177)
Pagamentos - juros	(64.609)
Encargos financeiros	65.748
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>593.492</b>

**14. OUTRAS CONTAS A PAGAR**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016
Repasses luvas e alugueis - sócios (a)	-	1.918
Repasses para condomínios	-	31
Adiantamento de clientes	-	495
Outros	6	9
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>2.513</b>

(a) Refere-se ao valor a repassar de luvas e alugueis aos sócios dos empreendimentos: Parque Shopping Barueri, Poli Shopping, Cascaval J Shopping, Shopping Bonsucesso, Parque Shopping Sulcat, Parque Shopping Maia, Internacional Shopping Guarulhos, Outlet Premium São Paulo, Outlet Premium Brasília, Outlet Premium Salvador e Outlet Rio de Janeiro.

**15. IMPOSTOS PARCELADOS**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016
PIS e COFINS	158	177
INSS	734	802
IRPJ	4.388	4.388
Imposto de renda e contribuição social	123	842
<b>Total</b>	<b>1.015</b>	<b>979</b>
Passivo circulante	292	379
Passivo não circulante	723	600

A Companhia em 2009 e 2014 ingressou no parcelamento de débitos tributários, em consonância com as Leis nº 11.941/2009 (REFIS), Lei nº 12.996/2014 (REFIS) e no parcelamento simplificado de débitos tributários. A estimativa da Administração é de que o saldo de 31 de dezembro de 2017 dos referidos parcelamentos REFIS e simplificado sejam liquidados nos prazos de 180 e 60 meses, respectivamente, utilizando o número de parcelas fixas, sendo estas atualizadas pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC). A movimentação dos débitos para o período findo em 31 de dezembro de 2017, estimados pela Companhia, relativos aos impostos parcelados, contemplando o montante do principal acrescido de juros e multa no exercício, é como segue:

	Consolidado
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>68.868</b>
Novos parcelamentos	2.989
Pagamento - principal	(10.846)
Pagamento - juros	(2.415)
Encargos financeiros	(1.116)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>57.480</b>
Novos parcelamentos	7.258
Pagamento - principal	(4.291)
Pagamentos - juros	(1.358)
Encargos financeiros	374
Transferência para impostos a recolher para adesão ao novo parcelamento	(41.077)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>18.386</b>

**16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de renda e contribuição social	1.086	5.978
PIS e COFINS	113	12
Outros impostos e taxas	1.674	2.029
<b>Total</b>	<b>2.873</b>	<b>8.019</b>

A Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), instituído conforme instruções normativas 1.711/2012 e 1.748/2017, o qual permite que os tributos federais vencidos até 30 de abril de 2017 possam ser parcelados, adicionalmente, a Medida Provisória 7831/17 foi convertida na Lei nº 13.496/17 em 25 de outubro de 2017, incluindo uma nova modalidade de parcelamento, onde há a possibilidade de utilização de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL para abater (compensar) a dívida consolidada no âmbito da Receita Federal do Brasil. Em outubro de 2017 a Companhia tinha R\$ 137.867 de débitos tributários sujeitos ao parcelamento, o qual eram débitos tributários federais vencidos até 30 de abril de 2017, o montante de R\$ 110.209 fora liquidado com a utilização dos prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido. Adicionalmente, R\$ 46.903 estão sujeitos ao parcelamento ordinário. A adesão ao programa de parcelamento PERT, encontra-se em análise pela Receita Federal do Brasil - RFB, e não fora homologado pela autoridade da tributária competente, o deferimento confirmando a dívida consolidada dependerá da finalização da análise pela referida autoridade competente.

**17. RECEITAS DE CESSÕES A PROPRIAR**

A Companhia controla no passivo as receitas de cessões a apropriar. As receitas de cessões de direitos de uso a lojistas e usufrutos de frações ideais do estacionamento do Internacional Shopping, Shopping Bonsucesso, Parque Shopping Maia e Shopping Suzano são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo respectivo do primeiro contrato de aluguel, ou do contrato de direitos de uso, ou do contrato de usufruto, com saldo pendente de recebimento no valor de R\$ 4.868. A movimentação dos contratos e reconhecimento da receita em 31 de dezembro de 2017 é como segue:

	Consolidado
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>196.421</b>
Novos contratos	5.157
Reconhecimento da receita	(24.954)
Custo das cessões	(3.423)
Reconhecimento do custo das cessões	783
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>173.984</b>
Passivo circulante	24.793
Passivo não circulante	149.201

**18. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS E TRABALHISTAS**

Para todas as questões que estão sendo contestadas, é constituida provisão em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas, com base na avaliação dos consultores jurídicos externos. Os montantes provisionados incluem aqueles relativos a questões fiscais, trabalhistas e cíveis. Não há depósitos judiciais vinculados a essas provisões. A composição das provisões é como segue:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016
Cíveis (a)	-	1.245
Trabalhistas	70	240
<b>Total</b>	<b>70</b>	<b>1.485</b>

(a) Referem-se aos processos por danos materiais e morais, ações renovatórias de contratos de locação, ações de cobrança e ações de rescisão contratual.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui, ainda, outras ações em andamento de aproximadamente R\$ 16.007 (R\$ 15.306 em 31 de dezembro de 2016), cujas probabilidades de perda foram classificadas como possíveis pelos assessores jurídicos externos e para as quais nenhuma provisão foi registrada nas demonstrações contábeis. Periodicamente, as ações são reavaliadas e as provisões são complementadas, quando necessário. A movimentação da provisão para riscos para o semestre findo em 31 de dezembro de 2017 é como segue:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016
Cíveis	-	-
Trabalhista	70	70
<b>Total</b>	<b>70</b>	<b>70</b>

  

	Consolidado
<b>31/12/2016</b>	<b>1.485</b>
Inclusão	75
Reversão	(177)
<b>31/12/2017</b>	<b>1.347</b>
Trabalhista	157
<b>Total</b>	<b>1.504</b>

**19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**Capital social:** O capital social subscrito da Companhia, em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 389.625, representado por 69.435.699 ações, em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 389.625, representado por 76.000.000 ações ordinárias sem valor nominal, assim distribuídas:

	31/12/2017	31/12/2016
Golf Participações	48.267.707	48.267.707
General Shopping Investments Limited	8.487.851	8.487.851
Tetor Capital Partners L.P	6.115.100	6.115.100
Explorer Capital Management	2.539.900	2.539.900
General Shopping Brasil S.A.	1.923.550	1.923.550
Conselheiros	8.689	8.689
Diretores	253	253
Acionistas com lastros nas GDSs	2.512.149	2.512.149
<b>Total Acionistas</b>	<b>8.068.351</b>	<b>8.068.351</b>
<b>Outros acionistas</b>	<b>69.435.699</b>	<b>76.000.000</b>
Ações em tesouraria	(1.923.550)	(8.487.851)
<b>Total de ações em circulação</b>	<b>67.512.149</b>	<b>67.512.149</b>

A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor dos administradores, funcionários ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades controladas pela Companhia, direta ou indiretamente. A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 29 de abril de 2016, alterou o artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, a fim de aumentar o limite do capital social autorizado da Companhia em 30.000.000 (trinta milhões) de novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, que poderão ser emitidas por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, de forma que o capital social da Companhia poderá ser representado por até 95.000.000 (noventa e cinco milhões) de ações ordinárias. Em 22 de julho de 2016 foram aprovadas, em Assembleia Geral Extraordinária: A incorporação, pela Companhia, da sua controlada indireta, a Druz Administradora e Incorporadora Ltda., com a consequente extinção da Druz ("Incorporação"). Em decorrência da Incorporação, o capital social da Companhia foi aumentado no montante de R\$ 13.880, mediante a emissão de 11.000.000 (onze milhões) de novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, de forma que o capital social da Companhia passou para R\$ 389.625, dividido em 76.000.000 (setenta e seis milhões) de ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. Tais novas ações foram entregues para General Shopping Investments Limited, única sócia da Druz, em substituição às quotas por ela detidas na Druz. Em 10 de agosto de 2016 a Companhia informou que no âmbito da liquidação da Oferta de Permuta, foram permutados US\$ 34.413.803 de Bônus Perpétuos por: (i) US\$ 8.929 novos Bônus de dívida sênior e com garantia e com vencimento em 2026 (10%+12% Senior Secured PIK Toggle Notes due 2026), emitidos, no exterior, na mesma data, pela GS Investments ("Novos Bonds") (vide Nota Explicativa nº 12); e (ii) 34.413 (trinta e quatro mil, quatrocentos e treze) Global Depositary Share ("GDS") tendo cada GDS como lastro ações ordinárias de emissão da Companhia na proporção de 73 (setenta e três) ações ordinárias para cada 1 (um) GDS, totalizando 2.512.149 (dois milhões, quinhentos e doze mil e cento e quarenta nove) ações ordinárias de emissão da Companhia. No saldo das ações de R\$ 9.546, onde R\$ 3.170 foram registrados como aumento de capital e R\$ 6.376 como reserva de capital. O valor das ações da Companhia no montante de R\$ 487.851, que se encontravam em poder da controlada GS Investment, e que não serviram de lastro para emissão dos GDS, foram tratadas como ações em tesouraria. Conforme ata da reunião do Conselho de Administração de 04 de agosto de 2017, foram canceladas 6.564.301 ações que estavam em tesouraria, permanecendo o saldo de 1.923.550 ações nominativas à Companhia. As ações em tesouraria no valor de R\$ 10.710 passaram para R\$ 2.427 com redução no valor de R\$ 8.283, abatida da conta transação de capital. **Reserva de capital:** Corresponde à variação do valor nominal das 2.512.149 ações, emitidas por ocasião da permuta dos Bonds perpétuos, face ao seu valor efetivo na data da operação. **Reserva legal:** Deverá ser constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. **Reserva de lucros a realizar:** Em 31 de dezembro

de 2014, em decorrência da alteração da política contábil de mensuração das propriedades para investimento, a Companhia procedeu com a retenção de parcela do ajuste a valor justo das propriedades para investimento registrada no balanço de abertura (01 de janeiro de 2013). Dessa forma, a Administração da Companhia propôs que o valor de R\$ 958.644 dos lucros acumulados fosse reido pela Companhia a constituição de reserva de lucros a realizar. Na medida em que as propriedades para investimentos são baixadas, as reservas de lucro a realizar são transferidas para prejuízos acumulados. **Destinação do lucro:** O lucro líquido apurado em 31 de dezembro de 2017, após a constituição da reserva legal, será destinado para reserva de lucros a realizar sobre equivalência patrimonial, não havendo distribuição de dividendos, conforme Estatuto Social.

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido do exercício	251.461	183.379
Reserva legal	(12.573)	-
Reserva de lucros a realizar sobre equivalência patrimonial	-	(183.379)
Reserva de lucros a realizar sobre avaliação a valor justo das propriedades para investimentos das controladas	(238.888)	-
<b>Lucro a distribuir</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

A seguir o cálculo do lucro por ação básico:

	31/12/2017	31/12/2016
<b>Numerador básico</b>	<b>251.461</b>	<b>183.379</b>
Resultado do exercício	251.461	183.379
<b>Denominador</b>	<b>67.512</b>	<b>65.837</b>
Média ponderada de ações - básica	67.512	65.837
<b>Lucro básico por ação em (R\$)</b>	<b>3,72</b>	<b>2,79</b>

**20. RECEITA LÍQUIDA DE ALUGUEL, SERVIÇOS E OUTROS**

	Consolidado
	31/12/2017
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>196.616</b>
Aluguel	206.745
Serviços	88.076
<b>Total</b>	<b>286.692</b>

Deduções	(23.832)	(25.947)
Impostos sobre alugueis e serviços	(10.570)	(11.647)
Descontos e abatimentos	(252.290)	(259.227)
<b>Receita operacional líquida de aluguel, serviços e outros</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**21. CUSTO DOS ALUGUEIS E SERVIÇOS PRESTADOS POR NATUREZA**

	Consolidado	
	31/12/2017	
Custo de pessoal	(2.300)	(2.981)
Custo de depreciação	(2.017)	(2.414)
Custo de captação	(16.804)	(16.804)
Custo de serviços de terceiros	(6.727)	(12.357)
Outros custos	-	(3.456)
<b>Total</b>	<b>(27.938)</b>	<b>(37.012)</b>

**22. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS POR NATUREZA**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016
IPJU	(97)	(454)
Comercialização	(84)	(5.814)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(6.982)
Publicidade e propaganda	(124)	(1.196)
Conservação de instalações	-	(125)
Materiais	(211)	(516)
Energia elétrica	(79)	(116)
Despesas com pessoal	(11.696)	(14.105)
Despesa com depreciação e amortização	(4.326)	(13.325)
Alugueis	(2.662)	(3.647)
Taxas e emolumentos	(430)	(435)
Taxas e emolumentos	(112)	(1.086)
Telefonia	(601)	(740)
Viagens e estadias	(118)	(272)
Seguros	(184)	(446)
Serviços de mensageiro	(206)	(206)
Despesas legais	(152)	(1.675)
Outras	(321)	(1.360)
<b>Total</b>	<b>(21.319)</b>	<b>(51.515)</b>

**23. RESULTADO FINANCEIRO**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016
<b>Receitas financeiras</b>	<b>182</b>	<b>254</b>
Juros de aplicações financeiras	-	6.051
Ganho na operação - derivativos	-	4.566
Variação cambial ativa	4	115.548
Variação monetária ativa	-	-
Outros (i)	1.802	8.892
<b>Total</b>	<b>1.988</b>	<b>135.057</b>

	Controladora	Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016
<b>Despesas financeiras</b>	<b>182</b>	<b>254</b>
Juros de empréstimos, financiamentos e CCIs	-	(197.125)
Perda em operação com derivativos	-	(8.862)
Variação monetária passiva	-	(17)
Variação cambial passiva	(2)	(14)
Multa sobre impostos em atraso	(356)	(27.269)
Outros	(928)	(813)
<b>Total</b>	<b>(1.286)</b>	<b>(390.455)</b>
<b>Total</b>	<b>702</b>	<b>(255.398)</b>

(i) O ganho líquido obtido com a oferta dos Bonds perpétuos, foram registrados nesta rubrica.

**24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

O imposto de renda e a contribuição social debitados ao resultado do exercício são compostos como segue:

	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	31/12/2017	31		

**Demonstrações do resultado por segmento**

	31/12/2017			Consolidado		
	Aluguel	Serviço	Corporativo	Eliminação Débito	Eliminação Crédito	31/12/2017 Consolidado
Receita líquida	181.383	88.307	-	(17.400)	-	252.290
Custo dos aluguéis e dos serviços prestados	(13.103)	(24.173)	-	9.338	-	(27.938)
<b>Lucro bruto</b>	<b>168.280</b>	<b>64.134</b>	-	<b>(8.062)</b>	-	<b>224.352</b>
(Despesas)/receitas operacionais	465.357	22.739	366.597	(153.857)	(496.728)	204.108
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>633.637</b>	<b>86.873</b>	<b>366.597</b>	<b>(161.919)</b>	<b>(496.728)</b>	<b>428.460</b>
Resultado financeiro	(129.085)	(5.834)	(120.479)	-	-	(255.398)
<b>Lucro/(prejuízo) operacional antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>504.552</b>	<b>81.039</b>	<b>246.118</b>	<b>(161.919)</b>	<b>(496.728)</b>	<b>173.062</b>
Imposto de renda e contribuição social	50.561	(2.036)	29.874	-	-	78.399
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>555.113</b>	<b>79.003</b>	<b>275.992</b>	<b>(161.919)</b>	<b>(496.728)</b>	<b>251.461</b>

	31/12/2016			Consolidado		
	Aluguel	Serviço	Corporativo	Eliminação Débito	Eliminação Crédito	31/12/2016 Consolidado
Receita líquida	198.200	87.597	-	-	-	259.227
Custo dos aluguéis e dos serviços prestados	(14.472)	(41.717)	-	19.177	-	(37.012)
<b>Lucro bruto</b>	<b>183.728</b>	<b>45.880</b>	-	<b>19.177</b>	<b>(26.570)</b>	<b>222.215</b>
(Despesas)/receitas operacionais	(18.620)	21.066	143.060	-	(170.034)	(24.528)
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>165.108</b>	<b>66.946</b>	<b>143.060</b>	<b>19.177</b>	<b>(196.604)</b>	<b>197.687</b>
Resultado financeiro	(162.360)	(4.554)	185.102	-	-	18.188
<b>Lucro/(prejuízo) operacional antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>2.748</b>	<b>62.392</b>	<b>328.162</b>	<b>19.177</b>	<b>(196.604)</b>	<b>215.875</b>
Imposto de renda e contribuição social	(24.895)	(7.901)	300	-	-	(32.496)
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>(22.147)</b>	<b>54.491</b>	<b>328.462</b>	<b>19.177</b>	<b>(196.604)</b>	<b>183.379</b>

**29. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**

A Companhia realizou as seguintes transações que não envolveram caixa e equivalentes de caixa:

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Juros capitalizados nas propriedades para investimento	-	2.931
Ajuste a valor justo das propriedades para investimento	258.211	54.893

**30. EVENTOS SUBSEQUENTES**

A controlada "LEVIAN PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.", celebrou em 28 de dezembro de 2017 o CONTRATO DE COMPROMISSO DE VENDA E COMPRA E OUTROS PACTOS com o "CASCAIS FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO" com a finalidade de, entre outros termos, alienar participação equivalente a 70% do empreendimento comercial denominado "Internacional Shopping Guarulhos", pelo preço total de R\$ 937.000.000,00. A operação somente será consumada após o cumprimento de determinadas condições precedentes comuns a este tipo de operação, previstas no Compromisso de Venda e Compra. Caso tais condições precedentes venham a se verificar e a operação acima referida seja consumada, a Companhia passará a deter participação indireta equivalente a 20% do empreendimento comercial denominado "INTERNACIONAL SHOPPING GUARULHOS". Nos termos do Compromisso de Venda, parte relevante desses recursos deverá ser obrigatoriamente utilizada para quitar diversos endividamentos da Companhia vinculados ao INTERNACIONAL SHOPPING GUARULHOS, bem como vinculados a OUTROS EMPREENDIMENTOS da Companhia, tais como, mas não se limitando a, cartas-fiança, securitizações, debêntures e repasses de recursos a financiamentos, todos denominados em Reais e que compartilham garantia de (i) alienação fiduciária da participação da Companhia no INTERNACIONAL SHOPPING GUARULHOS e (ii) cessão fiduciária dos respectivos recebíveis. A operação está em fase de conclusão, que ocorrerá nos próximos meses. A Companhia efetuou a divulgação em "Fato Relevante" no dia 28 de dezembro de 2017 ao mercado e para conhecimento dos acionistas.

**A DIRETORIA**

- Victor Poli Veronezi** - Diretor Presidente
- Marcio Snioka** - Diretor de Relações com Investidores
- Vicente de Paula da Cunha** - Diretor Financeiro
- Francisco José Ritondaro** - Diretor de Planejamento e Expansão

**Francisco Antonio Antunes** - Contador - CRC 1SP-149.353/O-2

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

"O Conselho Fiscal, no uso de suas atribuições legais, em reunião realizada nesta data, examinou o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras da General Shopping Brasil S.A. relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2017. Com base nos exames efetuados, considerando ainda o parecer dos auditores independentes BDO RCS Auditores Independentes, os Srs. Conselheiros opinaram favoravelmente a respeito dos supracitados documentos, informando, ainda, que os mesmos se encontram em condições de serem votados e aprovados pelos Srs. Acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária."

São Paulo, 20 de fevereiro de 2018.

- Paulo Alves das Flores** - Conselheiro Fiscal
- Camila de Cassia Satin Briola** - Conselheira Fiscal
- Manuel Jeremias Leite Caldas** - Conselheiro Fiscal

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da **General Shopping Brasil S.A.** - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **General Shopping Brasil S.A.** ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **General Shopping Brasil S.A.** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à **General Shopping Brasil S.A.** e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Mensuração do valor justo das propriedades para investimento:** De acordo com a Nota Explicativa às demonstrações contábeis nº 9, a Companhia registra suas propriedades para investimentos ao valor justo suportada por laudo de avaliação elaborado por especialista externo e independente em relação a Companhia. Em 31 de dezembro de 2017, o valor justo desses ativos, reconhecido no ativo não circulante da Companhia e suas controladas, era de R\$ 2.268.849 mil (Consolidado). A estimativa de valor justo das propriedades para investimentos foi determinada levando-se em consideração diversas premissas, tais como: projeções de crescimento das receitas, taxas de juros para descontos dos fluxos de caixa, taxas de vacância, inadimplência e perpetuidade entre outras premissas. Esse tema foi considerado um PAA devido à relevância dos valores das propriedades para investimentos registrados pela Companhia, devido às incertezas inerentes a esse tipo de estimativa e ao julgamento necessário que deve ser exercido pela Administração na determinação das premissas de cálculo do valor justo dos ativos. **Resposta da auditoria ao assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Utilizamos nossos especialistas para nos auxiliar no exame e avaliação das premissas e metodologia usadas pelo especialista externo contratado pela Companhia; • Avaliamos se a metodologia aplicada para cálculo do valor justo estava de acordo com as práticas utilizadas no mercado para cálculo do valor justo e se referida metodologia se encontrava suportada nos normativos contábeis aplicáveis; • Desafiamos as premissas utilizadas pelo especialista da Companhia para calcular o fluxo de caixa descontado, considerando se essas premissas estavam adequadas com base na atual situação de mercado e economia do País; • Comparamos as taxas de desconto utilizadas, taxas de crescimento, vacância, ABL e etc., com dados disponíveis no mercado efetuados por outros avaliadores para propriedades similares; • Testamos os cálculos matemáticos do valor justo para determinadas propriedade para investimento. Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados nos laudos de avaliação a valor justo preparados por especialistas terceiros da Companhia, e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, incluindo nossa análise de sensibilidade, consideramos que as avaliações a valor justo preparados pelos especialistas terceiros da Companhia, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas como um todo. **Estimativa - Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD):** De acordo com a nota explicativa às demonstrações contábeis nº 4, a Companhia registra sua provisão para Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa (PECLD) com base na avaliação realizada pela Administração da Companhia envolvendo, entre outros: (i) a capacidade de pagamento dos clientes; (ii) a existência de garantias reais, bem como seus valores justos; (iii) o histórico de perda da carteira de clientes; e (iv) cumprimento das renegociações realizadas. Esse tema foi considerado um PAA devido às incertezas inerentes a esse tipo de estimativa e ao julgamento necessário que deve ser exercido pela Administração na determinação das premissas de cálculo para fins do registro da PECLD tendo em vista a atual situação econômica do Brasil. **Resposta da auditoria ao assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros; • Entendemos e testes dos controles gerais relevantes sobre

Tecnologia da Informação relacionados à gestão de mudanças, acessos e operações, bem como realizamos o entendimento e testes de detalhes de transações relevantes referente ao processo de Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa; • Realizamos testes de integridade da base de dados utilizada para mensuração e registro da provisão para perda com créditos de liquidação duvidosa por meio do exame documental para uma amostra selecionada; • Recalculamos o modelo utilizado e desafiamos as premissas relevantes utilizadas pela Administração da Companhia para mensurar a PECLD tais como idade em atraso dos títulos vencidos e valores estimados de realização das garantias, potencial perda para clientes que não possuem títulos em atraso e a análise da capacidade financeira de pagamento dos clientes. Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que a estimativa utilizada para a provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa da Companhia são apropriadas para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas nas demonstrações contábeis como um todo. **Adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT):** De acordo com a Nota Explicativa às demonstrações contábeis nº 16, a Companhia e suas controladas efetuaram em novembro de 2017 a compensação parcial de certos débitos de tributos federais com créditos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social próprios e de outras empresas do grupo econômico, e algumas de suas controladas, permitido pela Lei nº 13.946, de 24 de outubro de 2017, que trata do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), cuja adesão ocorreu em Outubro de 2017. **Resposta da auditoria ao assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros; • Testes detalhados com base em amostragem da documentação dos créditos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social próprios e de outras empresas do grupo econômico; • Avaliação das compensações das obrigações tributárias com os referidos créditos tributários; • Revisão da adequada divulgação realizada nas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Baseados nos procedimentos executados e nos resultados obtidos, consideramos aceitáveis a política de reconhecimento das compensações pela administração e as divulgações apropriadas no contexto das demonstrações contábeis como um todo. **Outros assuntos: Demonstrações do Valor Adicionado (DVA):** As Demonstrações individual e consolidada do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparação com o exercício de 31 de dezembro de 2017, foram auditadas por outros Auditores Independentes, que emitiram relatório sem modificação de opinião em 20 de fevereiro de 2017. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma

alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativas na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que Lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2018.



**BDO RCS Auditores Independentes SS**  
CRC 2 SP 013846/O-1

Mauro de Almeida Ambrósio  
Contador CRC 1 SP 199692/O-5